



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Ata N. 2543450

DATA	HORÁRIO	IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO
17/03/2026	10h30	24ª Sessão Ordinária da Comissão de Proteção de Dados (CPD/CN/CNJ)
PAUTA		
- Discussão sobre a proposta de Manual de Boas Práticas e Governança de Dados para Cartórios.		
PARTICIPANTES		
Nome	Cargo - Função - Atividade	
Fernando Chemin Cury	Integrante da CPD/CN/CNJ; Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;	
Renata Mota Maciel	Representante do Ministro Ricardo Villas Boas Cueva; Coordenador da CPD/CN/CNJ;	
Márcia Regina Dalla Dea Barone	Integrante da CPD/CN/CNJ; Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;	
Ricardo de Vasconcelos Martins	Integrante da CPD/CN/CNJ; Tabelião e registrador do Ofício Único de Senador Guimard/AC;	
Márcia Dalla Déa Barone	Integrante da CPD/CN/CNJ; Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;	
Lúcio Barreto Guerreiro	Integrante da CPD/CN/CNJ; Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;	
Alisson Alexsandro Possa	Integrante da CPD/CN/CNJ; Advogado Especialista em Proteção de Dados;	
João Rodrigo de Moraes Stingham	Integrante da CPD/CN/CNJ; Advogado e Professor de Direito Privado;	
Mônica Tiemy Fujimoto	Integrante da CPD/CN/CNJ; Advogada e Professora de Direito Privado;	
Alisson Alexsandro Possa	Integrante da CPD/CN/CNJ; Advogado Especialista em Proteção de Dados;	
Michely Freire Fonseca Cunha	Integrante da CPD/CN/CNJ; Oficiala de Registro de Imóveis em Virginópolis/MG;	
Alexandre Gomes Carlos	Servidor da Corregedoria Nacional de Justiça;	
Luciano Almeida Lima	Servidor da Corregedoria Nacional de Justiça.	

ATA DA REUNIÃO

1. Abertura e retrospecto dos encaminhamentos da reunião anterior

A reunião foi iniciada com as saudações aos participantes. Em seguida, o Juiz Fernando Cury declarou abertos os trabalhos e realizou breve retrospecto dos encaminhamentos definidos na reunião anterior, destacando especialmente:

- a inclusão de exemplos práticos de obrigações legais, como a suscitação de dúvida, no item referente ao exercício de direitos; e
- a ampliação das bases legais para o tratamento de dados por meio de câmeras de segurança.

Na sequência, o magistrado concedeu a palavra à Dra. Mônica Fujimoto, que apresentou os endereçamentos dados aos pontos pendentes. Ela realizou uma exposição objetiva das alterações promovidas, informando que todos os pontos debatidos haviam sido devidamente atendidos pela subcomissão responsável pela elaboração do manual.

A Dra. Patrícia Peck sugeriu a inclusão, no capítulo destinado ao tratamento de dados de crianças e adolescentes, de menção ao ECA Digital, que entrou em vigor na data da reunião. A Dra. Mônica concordou em inserir referência sucinta ao novo diploma legal, esclarecendo, contudo, que um detalhamento mais aprofundado exigiria estudos adicionais, o que comprometeria o cronograma de entrega do manual.

Ainda quanto aos encaminhamentos anteriores, o Dr. Fernando Cury informou que, atendendo solicitação do Conselheiro Rodrigo Badaró, reuniu-se com representantes da ANPD no mês de fevereiro de 2026. Na ocasião, foi informado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o acolhimento do pronunciamento da Corregedoria Nacional de Justiça proferido nos autos do Processo SEI/CNJ 18595/2025, tendo sido comunicado o arquivamento do expediente aberto naquela autarquia.

2. Deliberações e Considerações

- O Juiz Chemin Cury informou que a versão final do relatório será disponibilizada pela Dra. Mônica Fujimoto para que todos os membros tenham acesso ao material.
- Foram destacados os esforços da equipe responsável pela redação do manual (Dra. Mônica Fujimoto, Dr. Alisson, Dra. Laura e Dr. João Rodrigo), bem como as valiosas contribuições de todos os participantes.
- Enfatizou-se a importância do documento como um legado para a proteção de dados pessoais no âmbito extrajudicial, redigido em linguagem clara e acessível aos delegatários.
- Mônica Fujimoto agradeceu as contribuições de todo o grupo, ressaltando o caráter participativo e a complexidade da sistematização setorial, e destacou especialmente a atuação de Dr. João, Dra. Michelle e Dra. Patrícia.

3. Manifestações dos Participantes

- **Desembargadora Márcia Regina Dalla Dea Barone:** Parabenizou o grupo pelo excelente trabalho realizado e destacou a importância da resposta satisfatória enviada à ANPD, reforçando a relevância da manutenção de boas relações institucionais.
- **Renata Mota Maciel:** Agradeceu e parabenizou a equipe, com menção

especial a Mônica Fujimoto. Informou que comunicaria imediatamente ao Ministro Cueva sobre o avanço dos trabalhos e a previsão de apresentação do Manual.

- **Mônica Fujimoto:** Comunicou que circulará a versão final do documento no grupo do WhatsApp. Solicitou que os participantes realizem uma última leitura cuidadosa, com o objetivo de identificar eventuais erros gramaticais ou sugestões de ajustes finais, antes do envio para diagramação e impressão pelo Conselho Nacional de Justiça.

4. Encerramento

O Dr. Fernando Cury agradeceu a todos pela colaboração, parabenizou o grupo pelo resultado alcançado e informou que, após a análise final do documento pela Comissão, adotará as providências internas necessárias para a diagramação e impressão do manual.

O magistrado comprometeu-se ainda a organizar, em conjunto com a Dra. Renata, uma reunião dos membros da Comissão com os Ministros Mauro Campbell e Villas Bôas Cueva, para apresentação do Manual, a ser realizada, provavelmente, no final de abril de 2026.

Nada mais havendo a tratar, o Juiz Fernando Chemin Cury agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

FIM DA REUNIÃO



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO CHEMIN CURY, JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**, em 14/04/2026, às 19:13, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **2543450** e o código CRC **40CF70**.